
DEPOIMENTO

No momento em que enfrentamos uma avalanche neoliberal de “soluções mágicas” para a crise da educação brasileira, tendo como referências o mercado, a racionalidade produtiva e a livre concorrência, Educação em Revista foi buscar um Depoimento diferente.

Professor Miguel G. Arroyo, atual Secretário Adjunto de Educação na gestão da Frente BH Popular na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, no seu Depoimento nos aponta que “a questão posta hoje para a escola é outra: retomar sua função social como espaço de cultura e saber nas conquistas do ser humano”, e ele situa a Proposta da Escola Plural no confronto histórico que desde os anos 50 insiste entre colocar a escola no campo do mercado ou no campo do direito.

É neste confronto que surge a Escola Plural como um espaço onde “o ser humano é concebido como sujeito político, cultural e não como mercadoria”. Para isso, segundo Arroyo, é necessário que se garanta “a aplicação do senso comum no tratamento de um direito que já está mais do que legitimado em nossa sociedade: o direito à educação básica ou o direito a um tempo de infância e adolescência vivido em espaços públicos dignos”.

E.R. - A Proposta Política-Pedagógica - Escola Plural tem sido considerada ousada e inovadora. Gostaríamos que você falasse sobre seus principais pressupostos e sobre os aspectos em que ela rompe com as demais propostas já produzidas no campo da educação.

M.A - A repercussão que a Escola Plural está produzindo nos surpreende e mostra que os profissionais da educação, os pais, os alunos e a sociedade esperam dos governos não grandes “soluções” propagandísticas, de vitrine, em algumas escolas experimentais. O que se espera é a aplicação do senso comum no tratamento de um direito que já está mais do que legitimado em nossa sociedade: o direito à educação básica ou o direito a um tempo de infância e adolescência vivido em espaços públicos dignos.

Durante mais de um século, as elites dirigentes e, por vezes, os setores progressistas vêm criando o mito de que a escola pública é a solução mágica, o projeto nacional. Essa idealização alimenta a imagem do seu custo, de sua inviabilidade. Alimenta os repetidos

diagnósticos pessimistas sobre nossa escola pública, para justificar que ultrapassa a vontade política de todo governante.

O primeiro pressuposto da Escola Plural vem de encontro a esse pessimismo, a esse olhar negativista. Fomos às escolas, não para prometer soluções mágicas para seu fracasso, mas para identificar a escola pública que está dando certo, construída por profissionais empenhados em um projeto de sociedade e de construção de espaços públicos dignos de nossa infância. Temos de reagir a essa campanha orquestrada contra o público, em geral, e contra a escola pública, em particular. Tenta-se legitimar uma imagem social do fracasso e da falta de dignidade dos espaços públicos, e por aí avançam, contrapondo-se a imagem idealizada do privado e a necessidade de privatizar o público.

Afirmar uma imagem mais positiva, mais digna e alegre da escola pública pegou bem nos alunos, nos profissionais e nos pais. Eles sabem que os poucos espaços públicos existentes - a escola, os postos de saúde, são seus espaços. Por eles lutaram. A escola é um espaço onde podem deixar tranquilos seus filhos, sob os cuidados de profissionais sérios. A imagem que os setores populares têm do público é positiva e tem de ser reforçada e contraposta à imagem negativa que se pretende impor. A Escola Plural reforça a imagem positiva e vem se somar a essa construção popular de espaços públicos dignos dos direitos básicos. Nessa direção, rompe com propostas que partem de uma visão negativa do público e de seus profissionais. A Escola Plural está sendo assumida por uma administração que acredita no público, contra a onda neoliberal que, enfatizando seu fracasso, justifica sua sutil privatização.

E.R. - Você parece sugerir que a Escola Plural se coloca como contraponto político-pedagógico às propostas das últimas décadas?

M.A. - A Escola Plural assume o projeto que o movimento de renovação pedagógica vem construindo nos últimos 15 anos. Por múltiplos caminhos, tentamos retomar o lugar de onde a educação escolar tinha sido expatriada nas reformas dos anos 60-70: o lugar do educativo no campo do civilizatório da formação humana, da cultura, dos direitos. Desde os anos 50, o confronto entre colocar a educação escolar no campo do mercado ou no campo dos direitos está posto no pensamento e na prática educacional, fora e dentro do Brasil. A Escola Plural situa-se nesse confronto histórico.

Podemos lembrar momentos fortes desse movimento social, pedagógico e cultural.

Em cada um desses momentos fortes, diferentes concepções e práticas sobre a função da escola pública se confrontam, avançam e recriam. Lembremos: a luta pela escola pública e pela cultura nos anos 50 e início dos 60, a ênfase nos projetos de qualidade social e cultural na educação; as reformas dos anos 60-70, a contra-ofensiva tecnicista e mercantilizada da educação; o movimento de renovação pedagógica iniciado no final dos anos 70, visando à reconstrução do sistema escolar público e democrático; a contra-ofensiva neoliberal dos anos 80, reprivatizando o público e reafirmando o projeto tecnicista e mercantilizado de vinte anos atrás.

No cenário nacional, está posto esse contraponto entre reconstruir a escola pública como um espaço de direitos, de qualidade sócio-cultural ou reafirmar, com maior eficiência, a escola como espaço de inserção dos setores populares no mercado de empregos. Esse contraponto está posto no mundo inteiro. Podemos lembrar as reformas educacionais de países como França, Itália, Espanha, México, Colômbia; todas se afastam da concepção mercantilizada da educação, predominante nas reformas dos anos 60-70, e tentam retomar a escola como espaço democrático de socialização e cultura.

E.R. - Um dos eixos norteadores da Escola Plural é fazer da escola um tempo de vivência cultural. Por que esse destaque? Como se articulam, na proposta, cultura e formação do aluno?

M.A. - Insisto em que a Proposta Escola Plural se situa no movimento de renovação pedagógica que vem acontecendo dentro e fora do Brasil, nos últimos anos. Movimento vinculado aos avanços sociais das últimas décadas. Caracterizado por grande sensibilidade perante a realização do ser humano como sujeito político, cultural e, não, como mercadoria. As instituições escolares se distanciaram da cultura, de seus processos de produção e manifestação. Elas já foram espaços mais fortes de cultura. Já estiveram mais abertas às vivências culturais da nação, das comunidades e dos grupos sociais. Recuperar esses vínculos perdidos entre a educação e cultural é uma das características das recentes reformas educacionais mais progressistas em todo o mundo.

A história nos lembra que a escola pública nasce como um projeto cultural dos governos e das famílias, quando perde essa dimensão de garantia igualitária de acesso aos bens culturais, a escola se reduz a um centro de treinamento de habilidades para o mercado, perde a dimensão de espaço democrático da cultura pública para situar-se no espaço privado do mercado. Infelizmente, no imaginário social de muitas famílias e até de profissionais da educação, é isso que se espera da escola de qualidade.

porque no nosso imaginário social, a cultura não tem a centralidade devida. As elites não a valorizaram ou a privatizaram.

Avançamos muito na consciência do direito de todos à escola, mas não tanto como um espaço público de acesso aos bens culturais e, sim, de acesso ao domínio de habilidades, de iniciações elementaríssimas para sobreviver, na excludente luta pela sobrevivência. Há momentos em nossa história que pretendem alargar essa estreita concepção de educação, mas eles não foram incorporados ao nosso sistema de educação básica. As reformas de 60-70 oficializaram essa estreiteza de nosso projeto escolar, e os projetos neoliberais dos anos 90 insistem em reafirmar essa estrita qualidade e em geri-la mais eficazmente. A questão posta hoje para a escola é outra: retomar sua função social como espaço de cultura e saber nas conquistas pelo ser humano. As reformas educacionais que estão acontecendo hoje não se limitam a gerir melhor a velha função social. Da escola se espera que dê conta dos avanços culturais da nossa sociedade.

E.R. - Afirmando os vínculos entre educação e cultura, a Escola Plural parece estar em sintonia com o multiculturalismo. Este tem sido criticado por terminar provocando o isolamento das diferentes culturas. Como não cair na "guetização" da cultura?

M.A. - Não é a escola que inventa a cultura. O ser humano é cultural, se constitui como tal no seu processo de formação e humanização. Sermos sujeitos culturais não é algo accidental à nossa condição humana.

A escola sempre faz referência, desde suas origens, a uma instituição vinculada com os saberes e as contribuições culturais. Sempre foi pensada como mediadora da cultura de origem de classe, religião, gênero, raça e as culturas de destino, nacional, laica, republicana, democrática, burguesa, operária... Ao longo de sua história, não tem sido esta a função esperada da instituição escolar? Reafirmar identidades, crenças e valores? Ou redefini-los e difundir novas identidades, crenças e valores após cada revolução religiosa, política ou econômica? Não é de agora, uma nova onda que destaca os vínculos entre educação, escola, cultura. Tentar resgatá-los é algo novo em relação às reformas dos anos 60-70 e para aqueles que teimam não ultrapassá-las. Estamos situando o tempo da escola onde sempre esteve, tempo-espaço de acesso e vivência da condição de sujeitos sócio-culturais. A escola se universaliza com o próprio avanço da consciência do direito de todos aos bens culturais. Ela se legitima no imaginário popular como um espaço de igualdade de oportunidades diante da cultura. A questão posta hoje, sobre se a escola tem conseguido ser democrática, pública, espaço de acesso e vivência da diversidade cultural, é rica e não pode ser

maginalizada. Essa questão só parece nova para um sistema escolar como o nosso, que durante mais de três décadas ignorou os conflitivos vínculos entre escola e cultura(s).

A cultura foi e continua a ser um dos campos mais sensíveis às contradições e conflitos, porque mexe com identidades, crenças, valores, representações, concepções de ser humano e de sociedade, com projetos e utopias, seja de minorias ou de majorias.

Aí esteve sempre a educação escolar básica desde seu nascedouro, no confronto entre o ensino pagão ou cristão, passando pelo confronto entre a cultura, os valores da vida e da ética laica, urbana, mercantil e cristã, ou entre os valores humanistas e utilitaristas, burgueses ou socialistas...

A escola não consegue fugir desses confrontos que a perpassam. Não consegue fugir do campo da cultura de sua democratização ou controle, de uma concepção privada ou pública da cultura, das identidades, do projeto de ser humano e de sociedade. A Escola Plural vê o educando como sujeito sócio-cultural, com suas diversidades, e se propõe incorporá-las sem medo de "guetização" cultural.

E.R. - Se o princípio da igualdade é o sinal fundante do pensamento e da prática da esquerda, ainda mais em um país tão desigual como o nosso, como se justifica que uma prefeitura de esquerda coloque a pluralidade como seu eixo na educação, se a diversidade é o sinal fundante da direita?

M.A. - Que a igualdade é sinal fundante da esquerda, de acordo. Que a diversidade seja o nível fundante da direita, não me parece tão tranquilo. A igualdade de direitos faz parte do pensamento e da prática da esquerda democrática; a não igualdade de direitos é o sinal fundante da direita. Quando ignoramos as diversidades, nos afastamos da igualdade. O movimento democrático tem como horizonte a igualdade e a diversidade. Situa suas lutas no campo da cultura horizontal e igualitária, pela libertação das desigualdades impostas por todo tipo de privilégios de raça, casta, classe, gênero, etc. Mas esse mesmo movimento democrático encontra em suas fronteiras aqueles que vêm lutando pela diversidade. Quanto mais se avançou no campo da cultura horizontal e igualitária, mais difícil se tornou à esquerda ignorar a realidade do diverso. Historicamente, a consciência da diversidade e a luta pelo reconhecimento das identidades diversas foi e continua a ser o caminho para a conquista da igualdade de direitos. A contraposição não foi posta historicamente entre igualdade-diversidade, mas entre igualdade-desigualdade.

Nesse contexto histórico e político é que estamos alargando a concepção de educação escolar, exatamente porque nossa escola está inserida num país como o nosso, onde a luta pela igualdade e a diversidade esteve sempre na mesma fronteira.

Essa é a justificativa para uma prefeitura popular reconhecer a pluralidade de valores, crenças, condições, identidades de classe, gênero e raça... Os governos populares colados à pluralidade dos movimentos sociais podem e devem estar atentos, em suas políticas, à essa pluralidade e diversidade. As políticas que se limitam a um atendimento de direitos abstratos ignoram essa diversidade, não a incorporam, e terminam reforçando a desigualdade.

Em nome da defesa rígida de um sistema único em conteúdos, tempos, normas, ritmos de aprendizagem, nega-se, na prática, o direito da maioria popular à educação sem interrupção. Em nome da igualdade, foram racionalizadas as relações pedagógicas. Hoje em dia, sabemos o quanto o processo de seleção escolar é marcado por esse movimento da racionalização que esquece as bases institucionais da seleção e da exclusão dos diversos.

E.R. - Em que sentido a pluralidade e a diversidade serão garantia do direito igual à educação ?

M.A. - Abrindo a escola seus currículos à pluralidade e diversidade de saberes culturalmente produzidos. Os saberes em que há mais diversidade, ou mais marcados pela diversidade cultural, estiveram ausentes de nossos projetos de formação, apesar de serem dimensões centrais do ser humano. Pensemos em nossa condição estética, simbólica, corpórea, ética, espacial, temporal; pensemos nas múltiplas linguagens, na cultura tecnológica, etc. Permitir o direito democrático à formação dessa diversidade de dimensões é empreitada da Escola Plural.

Mais ainda, temos de reconhecer que é importante superar uma visão unívoca de construção do conhecimento. A escola que temos não é plural, porque foi reduzindo a diversidade de possibilidades da formação humana, da socialização, do acesso à cultura, e a diversidade de possibilidades da construção do conhecimento. Estamos avançando no reconhecimento da diversidade de processos ou formas de construir significados pelo corpo, brincadeiras, interações, vivências. Estamos avançando na reincorporação, no cotidiano das práticas escolares, de processos humanos esquecidos como a memória, as lembranças, a imaginação, a emoção... Nosso sistema escolar se tornou seletivo e excludente por seu reducionismo; por não trabalhar a criança, o jovem ou o adulto como sujeitos

sócio-culturais; por não trabalhar pedagogicamente essa condição cultural do ser humano e da construção do seu conhecimento.

E.R. - Quais as divergências que a proposta Escola Plural, com eixo na cultura, mantém com outra proposta cujo eixo definido é o trabalho? Essa opção em favor de uma abordagem culturalista implica abandono do referencial marxista, em favor das teorias da pós-modernidade?

M.A. - Prefiro pensar nas proximidades entre cultura e trabalho. Contrapor cultura a trabalho é preocupante, sobretudo se a intenção é defender o referencial marxista. Uma proposta de formação humana cujo eixo seja uma concepção de trabalho, que não incorpore a cultura deixará de incorporar a própria dimensão humana de formação e de trabalho.

É preocupante também rotular de culturalista toda proposta de educação que privilegie os educandos e os educadores como sujeitos sócio-culturais ou que se proponha recuperar suas vivências culturais.

E.R. - Está sugerindo que a ênfase na escola como tempo de vivências culturais não exclui a pedagogia do trabalho?

M.A. - As potencialidades formadoras da cultura e do trabalho se encontram na mesma concepção de formação humana; ambas estão nos mesmos processos de humanização e educação. Até nas origens, ambas as correntes estão presentes: cultura, cultivo, cuidados. Cultivo e cuidado da terra, da produção, ou da criança, agricultura, puericultura...

Ambas incluem a idéia da produção, processo, realização de potencialidades de alguma coisa ou de alguém.

A concepção de educação que nos orienta é a idéia de processo, de desenvolvimento do ser humano, de construção de identidades, de saberes, valores, conhecimentos. Não é por aí que avançamos na afirmação do trabalho como princípio educativo.

A Escola Plural coloca, como eixo de seu currículo e de suas práticas, a idéia de processo e produção como a que melhor retrata a dinâmica da formação do ser humano. Guia-nos a pedagogia que acredita que o ser humano, aluno ou professor, se forma à medida que participa da diversidade dos processos sociais.

E.R. - A Escola Plural intervém nos processos de trabalho e na organização dos tempos da escola. Que centralidade formadora vê nesses processos?

M.A. - Possivelmente, o que há de mais ousado na Escola Plural que está acontecendo na Rede Municipal de Belo Horizonte, é uma alteração na organização do trabalho. O movimento dos profissionais da educação, suas lutas de mais de 15 anos, nos mostraram a centralidade política e pedagógica da materialidade e da organização do trabalho escolar. Eles nos alertaram para o fato de que a escola não se reduz a uma relação interpessoal entre educandos e educadores. A escola foi-se constituindo como uma instituição estruturada em espaços, tempos, rituais, lógicas, precedências, disciplinas, grades. A escola administra trabalho de alunos e professores e o submete a uma divisão rígida e hierárquica. Esses processos têm sido mais deformadores do que formadores.

A pedagogia do trabalho nos orienta na busca de uma estrutura mais pedagógica e formadora.

E.R. - Como mexer na organização do trabalho escolar? As reformas têm centrado sua intervenção nos conteúdos, métodos, material, formação de professores, mantendo, entretanto, a estrutura do nosso Sistema Escolar. É possível avançar?

M.A. - Partimos de diagnóstico que nos faz acreditar que enquanto não tivermos coragem de intervir na estrutura de nosso sistema escolar, todas as mudanças se perderão ou se limitarão.

Os tão denunciados índices de reprovação e repetência não são algo acidental na lógica da organização do trabalho de nosso sistema. Temos de entender que a exclusão e a seletividade estão incrustadas na lógica organizativa de nosso sistema escolar, que vem do Império e nunca foi redefinido. Temos um dos poucos sistemas escolares seriados, rígidos, gradeados do mundo. A lógica estruturante de precedências, séries, reprovações é perversa para os setores populares sobretudo. Ela, e não o despreparo dos mestres, inviabiliza o direito democrático à educação sem interrupção.

E, atualmente, 130 escolas, com aproximadamente 125.000 alunos e 4.700 profissionais já se organizam em outra lógica mais flexível e coletiva, uma lógica de Ciclos de Formação, que respeita e trabalha pedagogicamente os processos cíclicos de formação da infância e da adolescência e da construção de suas identidades, saberes e valores. Os Ciclos de Formação passaram a ser os núcleos organizativos dos tempos, espaços, processos, trabalho de educadores e educandos.

A sensibilidade à condição sócio-cultural de educandos e educadores não contraria, antes impõe a busca de uma organização do trabalho formadora da pluralidade de suas dimensões humanas. Não é essa a

matriz da pedagogia do trabalho?

E.R. - Qual tem sido a política de formação do educador na Escola Plural? Há lugar para o especialista?

M.A. - Nossa política de formação do educador não se limita a retirá-lo da sala de aula para colocá-lo em cursos e seminários.

Enfatizamos a formação do educador pela sua inserção no processo de construção- implementação da Escola Plural. Ao longo dos últimos 15 anos, os profissionais da educação ressignificaram suas práticas e suas teorias, porque participaram de cursos, debates, treinamentos, mas também, e sobretudo, porque passaram a ser mais sujeitos da gestão escolar, da análise e intervenção na escola, nos currículos, na elaboração dos Projetos Político-Pedagógicos das suas escolas, no reordenamento das grades, da organização do seu trabalho, porque conquistaram tempos de estudo e de projetos.

A política de formação do educador no Projeto Escola Plural pretende ser fiel a essa pedagogia que articula teoria-prática, reflexão-intervenção. Passamos um tempo identificando por coletivas as ações significativas existentes nas escolas e ressignificando-as. Os frequentes encontros promovidos em 94 e neste ano, dos quais participaram mais de 7.000 professores, que se organizam em tempos de reflexão e oficinas de produção, onde eles repensam sua condição de sujeitos sócio-culturais e de adultos-profissionais. Retomamos essa condição de adultos-educandos tão forte em todos os processos formadores de todas as culturas.

Os especialistas fazem parte da Coordenação Pedagógica, inserem-se em processos mais coletivos de pensar e administrar a ação pedagógica. A Escola Plural coloca como central uma organização do trabalho que supere a relação unívoca, dominante em nossa tradição pedagógica. Um professor, uma turma, um especialista, uma função, uma carga horária de uma disciplina, em uma turma.

Inúmeras experiências avançaram na construção de formas mais coletivas de trabalho. Organizamos os profissionais por Ciclos de Formação. O Ciclo passa a ser a unidade administrativa e pedagógica para todas as atividades dos alunos e dos profissionais que nele trabalham. Estes planejam e avaliam coletivamente as atividades do Ciclo e distribuem responsabilidades, tempos de projeto, de pesquisa, de produção, etc.

E.R. - A Escola Plural coloca alguns desafios para a renovação dos cursos de pedagogia e de formação de educadores?

M.A. - A Escola Plural recolhe avanços do movimento social e cultural e de renovação pedagógica dos últimos anos. Não conseguimos uma escola democrática, espaço de direito ao saber, à cultura, à socialização com a organização do trabalho e dos tempos que a amassam, o que exige ir fundo na concepção de profissional que a legítima e enriquece.

Nossa organização do trabalho ultrapassa a concepção de profissional e de sua formação herdada da Lei 5692/71, o que traz desafios sérios para os centros de formação e para o tipo de profissionais que neles se formam. Até hoje, não acertamos com a reformulação dos centros de formação do educador, porque não ultrapassamos os modelos de profissional herdados da concepção estreita de educação básica dos anos 60-70. A sensibilidade com a escola e o profissional emergente na variedade de experiências e a atenção ao movimento social e cultural e aos próprios profissionais poderão mostrar novos caminhos.

A Escola Plural questiona a formação de seus profissionais. Aponta a constituição de um corpo único de mestres da Educação Básica. Supera a concepção de mestre unívoco. Essas relações pedagógicas unívocas são pobres e desqualificadoras. Uma Política de Formação do Educador tem de se propor superar essa relação unívoca e construir relações pedagógicas mais qualificadoras.

A reflexão teórica não é separada da prática. O domínio de teoria é também um direito de quem trabalha na educação básica, não só dos que trabalham na educação universitária. Articular teoria e prática supõe condições de tempo, espaço e condições materiais para estudo, pesquisa e produção coletiva. A Escola Plural aumentou esses tempos, que já eram uma conquista dos profissionais da Rede Municipal. Temos de pagar esses tempos. Os tempos de pesquisa e produção teórica dos profissionais das universidades poderiam vincular-se com os tempos de pesquisa e produção dos profissionais da educação básica. Grupos de pesquisa e produção de profissionais hoje separados pela divisão rígida do trabalho - os que pensam e os que fazem - poderiam dar uma dinâmica nova às velhas fórmulas de estágios, de cursos de treinamento, extensão e até às velhas organizações dos centros de ensino e pesquisa.

Uma política de formação assim orientada exige transformações nos centros de formação, na organização do trabalho dos professores da educação básica, e nas relações e funções de ambos. Teríamos de pensar juntos formas ágeis de articular atividades e pessoas dedicadas à pesquisa e à produção, nessas instituições tão distantes. Teríamos de vincular mais a formação de profissionais às práticas significativas que estão renovando a função social da escola, sem cair numa visão pragmatista da produção teórica nem nos centros de formação, nem nas escolas.